



Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Gisele Tavares de Brito

Uma análise dos jovens em conflito com a lei e a “instituição
escola”.

Rio de Janeiro.
2009.

Gisele Tavares de Brito

Uma análise dos jovens em conflito com a lei e a “instituição escola”.

Monografia apresentada pela acadêmica Gisele Tavares de Brito como requisito para a conclusão do Curso de graduação de Pedagogia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro sob a orientação da Professora Ms^a Antônia Pincano

Rio de Janeiro.
2009.

Gisele Tavares de Brito

Uma análise dos jovens em conflito com a lei e a “instituição escola”.

Monografia apresentada pela acadêmica Gisele Tavares de Brito como requisito para a conclusão do Curso de graduação de Pedagogia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro sob a orientação da Professora Dr^a Antônia Pincano

Comissão examinadora

Prof^a Ms^a Antônia Pincano
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof^a Dr^a Maria Elena Vianna Souza
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro.
2009.

Epígrafe

*"Educação não transforma o mundo".
Educação muda pessoas.
Pessoas transformam o mundo".
Paulo Freire.*

Resumo

O presente estudo monográfico partiu de um estágio realizado no DEGASE, onde proponho uma análise dos jovens em conflito com a lei e a instituição escola. Busco entender até que ponto a instituição escola contribui para a redução da criminalidade e evasão.

Foi realizado um levantamento do surgimento da infância abandonada até os dias atuais, assim como coleta de dados sobre a instituição do Governo DEGASE, cujo objetivo é o de ressocializar esses jovens que entram para a criminalidade. A fim de entender esse envolvimento com a criminalidade, tentaremos refletir sobre as subjetividades da escola, na qual esses jovens são submetidos diariamente, procuro evidenciar que a escola tem uma função social diferente da qual exponho neste estudo.

Para compreender uma educação que prepare para o trabalho, evidencio a educação integral como uma educação geral assegurando –lhes uma formação para exercício de sua cidadania, em paralelo analisando os limites e as possibilidades das políticas públicas para a expansão da educação profissionalizante e tecnológica cujo objetivo é atender a todos e não uma minoria elitista.

Palavras-chave: Educação integral, educação profissionalizante, subjetividades, políticas públicas.

Sumário

Introdução	8
Capítulo 1: Um breve histórico do tema	13
1.1.A infância abandonada no Brasil Colônia	13
1.2. E a história continua no Brasil Império	14
1.3. A Escola XV de Novembro	15
Capítulo 2: Refletindo sobre as Subjetividades da escola	18
2.1 – Discriminação	18
2.2 – Violência	21
2.3 – Racismo	23
Capítulo 3: Transformando a escola pela Educação integral	25
Capítulo 4: As propostas atuais das políticas públicas - limites e possibilidades	31
Considerações finais	36
Referências bibliográficas	38
Anexo	41

Introdução

A escolha do tema do meu estudo monográfico começou a delinear-se quando cursava o 6º período do curso de Pedagogia e, já procurava pôr em prática, os conhecimentos obtidos por meio das disciplinas que estudava. As tentativas de associar teoria à prática, revelaram a existência de uma sucessão de obstáculos. Tais empecilhos, ao mesmo tempo em que me embaraçavam, também me incentivaram a buscar caminhos para compreender os fenômenos e ampliar minha sensibilidade, em busca de uma existência mais humana, face a realidade cruel e desigual vivenciada por estes jovens.

O interesse da escolha do meu tema se deu quando em 2006, fui contratada pelo PRODERJ (Centro de Tecnologia da Informação do Estado do Rio de Janeiro) para estagiar no Centro Profissionalizante do DEGASE¹ mais precisamente no Projeto Liberdade Digital.

O PRODERJ é um órgão do Governo do Estado que firmou parceria com o DEGASE, implantando um Projeto na época com dois laboratórios de informática para a realização de oficinas de informática destinados à profissionalização dos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas.

As Medidas Sócio-Educativas são sentenças judiciais impostas por Varas especiais para adolescentes que desrespeitaram o Código Penal Brasileiro, previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Federal nº 8069 de 13/07/1990, Capítulo IV do Título III. Visam os infratores entre 12 anos de idade completos até aos 18 anos incompletos, sendo estendidas até aos 21 anos em casos específicos, (Art. 2º - ECA).

¹ Departamento Geral de Ações Socioeducativas, órgão do Governo do Estado do Rio de Janeiro que tem a função de assegurar e acompanhar o jovem infrator sob regime internato, semi - internato e liberdade assistida, conforme decisão judicial cujo objetivo é ressocializar os jovens que se encontram em conflito com a lei.

Segundo o ECA no art.112 entende-se sobre as Medidas Socioeducativas:

"Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar as seguintes medidas socioeducativas:

- I) Advertência;
- II) Obrigação de reparar o dano;
- III) Prestação de serviços à comunidade;
- IV) Liberdade assistida;
- V) Inserção em regime de semiliberdade;
- VI) Internação em estabelecimento educacional;
- VII) Qualquer uma das previstas no art.101, I a VI.

Art.101:

- I) Encaminhamento aos pais ou responsável, mediante ao termo de responsabilidade;
- II) Orientação, apoio e acompanhamento temporários;
- III) Matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental;
- IV) Inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à família, à criança e ao adolescente;
- V) Requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial."

O Projeto Liberdade Digital foi criado em 2001 surgindo como uma iniciativa do governo do Estado, oferecendo aos jovens um ambiente de aprendizagem através de oficinas de informática. O Projeto está instalado nas dependências do Centro Profissionalizante localizado no DEGASE no bairro Ilha do Governador, zona norte do Rio de Janeiro.

No período em que estagiei havia 8 educadores que lecionavam nas oficinas de informática básica e profissionalizante. O trabalho realizado baseava-se na ressocialização através da inclusão digital. Por esse motivo preocupávamos em elaborar o plano de aula acerca de uma temática reflexiva com o intuito de incentivar o senso crítico de cada um, visando desenvolver uma leitura de sua realidade relacionada com a formação de valores, mudanças no estilo de vida assim como análise dos limites e potencialidades para a superação da exclusão.

No Projeto, em todas as oficinas havia um planejamento de curso. O plano de aula era elaborado de acordo com o planejamento. Por se tratar de um ambiente

de aprendizagem em busca da ressocialização, tínhamos a preocupação de elaborar o plano acerca de um assunto reflexivo que pudesse levar os jovens a refletir sobre a questão. No período em que estagiei, em 2006, era ano de eleição no Brasil para Presidente da República. Então, nós educadores elaboramos o plano de aula voltado para o assunto Eleição. A fim de conscientizar esse público da importância do voto, realizamos um trabalho simulando uma votação, e com isso, explicando a seriedade do voto, como se vota, por que se vota, e a importância do ato de votar. Essa proposta foi trabalhada nos 3 módulos do curso – Windows, Word e Powerpoint.

A proposta pedagógica do Projeto Liberdade Digital tem como objetivo não só transmitir aos alunos somente técnicas e conceitos, e sim discutir questões da sociedade, incentivando valores condizentes ao bem viver, aqui relacionado a sua atuação como indivíduos com direitos e deveres.

Assim, um dos objetivos que orienta essa pesquisa consiste em desenvolver uma análise crítica sobre o papel da escola em relação aos jovens em situação de exclusão e até que ponto, essa instituição propicia educação que auxilie aos jovens a compreenderem e a superarem a realidade que os cerca.

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente art.103 e 104:

“Considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal. São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às medidas previstas pela lei”.

O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA assegura que, cometido e verificado o ato infracional o jovem é conduzido a cumprir medidas socioeducativas em regime de internação, semi- internação ou liberdade assistida através do órgão do Estado do Rio de Janeiro – DEGASE. Uma das medidas socioeducativas compreende os cursos profissionalizantes cujo objetivo é formar o jovem para o trabalho.

Aos jovens, são oferecidas cinco oficinas, assim descritas: Informática básica, Informática avançada, Oficina de reciclagem de cartuchos, Montagem e manutenção de micros e Telemarketing. Essas oficinas são oferecidas em virtude da parceria do PRODERJ com o DEGASE. Além dessas, o DEGASE também

oferece os cursos profissionalizantes de Serigrafia, Padaria, Lanternagem, Mecânica e Fotografia, esses localizados no bairro da Ilha do Governador geralmente atende as Unidades de internação (Escola João Luiz Alves - EJLA) localizado no bairro da Ilha do Governador e semi – internação (Centro de Recurso Integrado de Atendimento ao Menor - CRIAM) localizados no bairro da Penha e da Ilha do Governador – zona norte do Rio de Janeiro.

Essas oficinas possuem caráter instrumental, a partir do momento em que preparam para a mão de obra barata e desqualificada, uma vez que possuem um pequeno número de horas de estudo, com aulas realizadas uma vez por semana com duração de 1 hora e meia, em aproximadamente um mês. O local apresentava infra-estrutura inadequada, e certo descompromisso por parte dos profissionais envolvidos nesse setor de cursos profissionalizantes, que podem ser exemplificados com: número excessivo de licenças dos professores ocorrendo o afastamento por tempo indeterminado do profissional, o desinteresse de buscar meios para oferecer uma aula de qualidade. Além desses agravantes tinham um pensamento equivocado que, por se tratar de jovens que estão em conflito com a lei, administravam os cursos profissionalizantes somente como uma medida socioeducativa e não como formação profissional do jovem para o mundo do trabalho.

Esta modalidade de aprendizagem parecia ser reduzida apenas a preocupações de cunho imediatista e, portanto, distanciado do referencial de qualidade.

Em suma: a fim de compreender tais empecilhos que norteiam o tema em questão a pesquisa apresentada, quanto aos objetivos que se propõe, será do tipo bibliográfica, articulada com a prática vivenciada conforme dito anteriormente em estágio realizado no ano de 2006. Nossa meta é, partir de leitura de autores referência, analisar suas reflexões apresentando pontos convergentes, divergentes, complementares, no intuito de examinar a instituição escola e os jovens em conflito com a lei.

No primeiro capítulo fizemos um levantamento histórico do tema começando pela história da infância abandonada, passando pela origem das instituições que asseguravam essas crianças e jovens. Dando continuidade ao nosso trabalho abarcaremos no segundo capítulo desse estudo as subjetividades da escola e sua relação para a evasão escolar e a possível inserção na criminalidade. A seguir destaca-se no 3º capítulo a importância da educação integral como proposta fundamental que aponta outras possibilidades para o processo educativo do ser humano cidadão. É esta a educação que, como nos diz Freire, P.(1996) cria as possibilidades para a produção/socialização do saber.

Capítulo 1:

Um breve histórico do tema.

1.1 A infância abandonada no Brasil Colônia.

A história das crianças abandonadas no Brasil começou por volta de 1550, pouco depois do início da colonização. Eram denominados pelos juízes e autoridades de desvalidos, que quer dizer “desprotegidos”, “sem valor”. Nessa época, o jesuíta Manuel da Nóbrega (1517/1570) foi enviado ao Brasil, com o objetivo de catequisar a população indígena, a fim de salvar a alma dos índios, em especial as crianças e os jovens que viviam aqui.

Esse missionário partia do pressuposto de que o cristianismo era a única religião verdadeira e acreditava que sua missão era civilizar os habitantes da colônia para que alcançassem o reino dos céus.

No entanto a língua falada pelos jesuítas impedia a comunicação entre eles. Em consequência disso tornava-se difícil fazê-los abandonar as “crenças profanas” e seguir a Igreja Católica. Sofriam um processo de aculturação.

Por isso, padre Manuel da Nóbrega juntamente com outro jesuíta, José de Anchieta (1534/1597), mandou vir de Portugal jovens órfãos, acreditando que esses seriam capazes de aprender a língua dos curumins rapidamente, para mais tarde ensinar-lhes o latim.

Em 1550, chegaram à província de São Vicente cerca de 10 a 12 órfãos, mas essa iniciativa foi incoerente. Segundo o Padre Anchieta, ao escrever uma carta para seu superior, descreve que esses jovens foram denominados como “perdidos, ladrões e maus”, porque foram “assedidos” pelas índias, não resistiram à tentação e fugiram com as mesmas. Observando as reflexões de Leite (2001) identifica-se que os “primeiros órfãos se tornaram os primeiros meninos de rua da nossa história”. Em contrapartida, nem todos órfãos que foram enviados ao Brasil se perderam. Alguns se tornaram os “pequenos Jesus²”. Acreditava-se que eles estavam cumprindo a missão de educar os curumins.

² Órfãos que eram assim chamados por missionários que, os comparavam à imagem do Filho de Deus. (Leite, 2005:10)

Analisando a escrita do padre Anchieta ao seu superior em Portugal fica claro que a Igreja era e é dogmática, por isso era absolutamente incompreensível com as questões culturais indígenas. O fato das índias andarem despidas (cultura local) gerou uma atitude etnocêntrica (atitude típica da mentalidade européia), por parte dos missionários, que por sua vez eram seguidores e fiéis a crença católica e compreendiam, equivocadamente, estes comportamentos.

Foi então que para abrigar esses "meninos bonzinhos" os padres fundaram no Brasil, os primeiros colégios internos, construindo duas casas: uma para as meninas, outra para os meninos.

Instaurava-se, assim, uma política do recolhimento e internação de menores que vigoram até os dias atuais.

1.2 – E a história continua no Brasil Império

Uma outra política cuja finalidade era de abrigar os desvalidos refere-se as Casas da Roda³ que não só continuaram funcionando, como aumentaram após a Independência do Brasil, em 1822. A mortalidade das crianças era enorme, devido a fatores como falta de higiene no local e a falta de afetividade no trato com as crianças.

Apesar de não termos informações concretas da mortalidade infantil daquela época, o total de bebês mortos devia ser considerado um problema de saúde pública.

O termo desvalido pode ser considerado o primeiro indicador de desinteresse social em reconhecer a importância dos jovens como futuros cidadãos. Consideradas sem nenhum valor, por que lhes dar possibilidades de vida, de educação, de desenvolvimento físico, mental ou social? Como eram rejeitados também pelo Governo, que se tornava neutro na educação e formação profissional desses jovens, cabia geralmente às instituições de caridade a tarefa de cuidar delas, porém as instituições não eram suficientes para abrigar o número de "crianças desvalidas" e estas acabavam indo parar nas ruas.

³ Instituição criada na Europa por volta do século XVII, servia de asilo de crianças abandonadas ou órfãs. Eram postas geralmente à noite, em uma espécie de caixa giratória instalada em uma das paredes do edifício para impedir que soubesse quem havia abandonado a criança.(Leite,2005:10.)

"No Brasil a formação do trabalhador ficou marcada já no início com o estigma da escravidão, por terem sido os índios e os escravos os primeiros aprendizes de ofício"⁴.

"... habituou-se o povo de nossa terra a ver aquela forma de ensino como destinada somente a elementos das mais baixas categorias sociais"(Fonseca,apud Garcia 1961, p.68)

Em 1873, foi criada a Escola de Aprendizes de Marinheiros. Eram para esta escola que encaminhava-se os adolescentes que viviam nas ruas ou então eram entregues aos artesãos para aprenderem uma profissão. Pagavam sua estadia e alimentação com o trabalho realizado. Mas o número de crianças e jovens abandonados aumentava a cada dia, o que originou a criação de outras instituições voltadas para o atendimento dessas crianças e adolescentes.

Não é exagero afirmar que essas instituições (quase todas) usavam métodos repressivos e de correção dos comportamentos considerados irresponsáveis.

Em relação à educação elementar - a alfabetização dos internos - poucas instituições preocupavam - se com a escolaridade dos mesmos. Outras instituições apontavam a educação moral ou a capacitação profissional voltada ao ofício que não exigissem a alfabetização para ser exercida, como por exemplo, as atividades de empregada doméstica.

1.3 – A Escola XV de Novembro

Considerada como a grande inovação da República e a primeira instituição de educação e assistência social administrada pelo Estado, a Escola XV de Novembro foi inaugurada em Dezembro de 1898 situada no bairro Quintino Bocaiúva⁵ localizado na zona norte – subúrbio do RJ, tornando-se o modelo brasileiro na área de educação e assistência social pública. A iniciativa surgiu para suprir a escassez de instituições governamentais destinadas a atender crianças e jovens que viviam nas ruas.

⁴ Ver Garcia, p.1, 2000

⁵ Quintino de Souza Ferreira (1836-1912) jornalista e político comprometido com o movimento da Proclamação da República, conhecido por Quintino Bocaiúva, nome que adotou de um coqueiro (espécie nativa brasileira) para demonstrar sua identidade com as raízes brasileiras. Ver anexo 1

Seguindo uma linha alternativa à época, a Escola XV empregou uma proposta pedagógica inovadora e experimental. Durante esse século de vida, a escola sobreviveu a vários momentos da história e da política nacionais, sofreu inúmeras transformações: mudou várias vezes de nome e, provavelmente de metodologia pedagógica. Foi vinculada às áreas da justiça e da assistência social e nunca à área educacional, o que fica claro que as crianças e jovens não eram vistos pelos governantes como pessoas que deveriam ser educadas, mas apenas assistidos ou meramente reprimidos e punidos em razão de suas condutas e comportamentos culturais diferenciados.

“ [...] no internato dos pobres, a educação previa “ moldar a alma” dos internos a fim de que aceitassem com submissão suas origens de nascimento .Podemos dizer que uns eram internatos – escolas, os outros internatos- prisões”

(Leite, 2001, pág: 23).

Ao longo do século, a Escola XV teve objetivos diferenciados, de acordo com cada época: corrigir condutas irregulares, precaver a sociedade contra viciados, escolarizar e instruir seus alunos - internos com a preocupação da aprendizagem de ofícios importantes para a vida social na maioria. Tinha como objetivo torna-se um “ginásio” público profissionalizante, de utilidade pública assistencial, buscando dar instrução profissional básica aos menores internos. Com a criação da nova Lei - Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990 que, determina que toda criança deve estar na escola, passou a receber os meninos de rua do Rio de Janeiro oferecendo-lhes educação de modo mais efetivo.

Em 1995 modificando mais uma vez a sua linha, já não aceitava mais os jovens infratores. Em 1996 no espaço da extinta Escola XV foi oficialmente criado o CEI (Centro de Educação Integral), logo depois o mesmo foi renomeado para CETEP (Centro de Educação Tecnológica e Profissionalizante) dando origem a FAETEC (Fundação de Apoio a Escola Técnica).

Criada em 10 de junho de 1997, *FAETEC*, é uma fundação vinculada à Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia (SECT) do Governo do Estado do Rio de Janeiro que oferece educação profissional gratuita, em diversos níveis de ensino, à população do Estado, sendo um dos maiores complexos de educação técnica gratuita no país. A Fundação reúne Escolas Técnicas Estaduais, Unidades de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Industrial e Comercial, Institutos Superiores de Educação e Tecnologia e Centros de Educação Tecnológica e Profissionalizante.

Cumprir notar que, a expansão dessa modalidade, os interesses e intenções, são de quantidade, espaços escolares que servem, predominantemente às camadas de menor poder aquisitivo, cujas condições de vida sequer demandam escolarização ou, se geram essa expectativa, não tem condições de efetivar tais desejos no momento oportuno e na condição desejável.

Capítulo 2:

Refletindo sobre as Subjetividades da escola

2.1. Discriminação

Através do contato ao longo dos meses de 2006 deparei-me com adolescentes com níveis de escolaridade muito baixo, e muitos desescolarizados. A média da escolaridade dos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas mostra o precoce afastamento do ambiente escolar, chamando a atenção o alto índice de desescolarização.

Mas quem são esses adolescentes em conflito com a lei e por que evadem a escola ocasionando a sua baixa escolaridade?

A adolescência compreende períodos críticos em nossa vida quando nos percebemos com relação ao mundo, no amor e entre amigos, e afirmamos nossa identidade. De grande importância teórica para análise desse tema é Vygotsky (1996) quando destaca que, é na idade de transição que o adolescente passa a ter consciência social objetiva, uma vez que, nesse momento, se desenvolve o pensamento em conceitos, pensamento que permite compreender as relações que se estabelecem entre os diferentes fenômenos e a realidade em geral. Nesse sentido percebemos que existem diferenças no processo de construção da adolescência, marcadas pelas desigualdades e diferenças com as quais os sujeitos estão inseridos na realidade social.

Por outro lado, a auto-estima, fundamental a esta juventude, é negada. Quando o jovem está vulnerável às sedução da sociedade de consumo, se vê excluído, à margem, em risco social. Neste sentido pode ocorrer o ato infracional, que o coloca em situação de conflito com a lei.

Segundo Arpini (2003) "os adolescentes em questão revelam que ter e possuir objetos e bens de consumo é algo distante de suas possibilidades reais e mesmo das de seus familiares, o que nos evidencia uma realidade em que o modelo privilegiado socialmente não pode ser alcançado. Tais adolescentes se encontram à

margem das ofertas de consumo apresentadas, pois numa sociedade caracterizada pela desigualdade de classes e de distribuição de renda, esse universo é um privilégio de determinado grupo” (2003 pg. 46).

Os jovens alvo deste estudo, buscam adquirir status, ascensão social, poder, por meio do tráfico de drogas. Valiosos trabalhos (Zaluar, A. 1995, Gracianni, S. 2001, Souza, 2001) têm demonstrado que o envolvimento com o tráfico de drogas é um dos principais caminhos que levam o jovem a entrar em conflito com a lei e a evadir das escolas regulares. Outra forma de envolvimento em conflitos ocorre pela baixa renda familiar para enfrentar a grave situação financeira e a exigência de participar da cultura do consumo. Entretanto, com os pais pobres e poucas possibilidades de empregos formais, têm poucos meios de concretizar essas metas. Neste sentido o tráfico propicia um meio acessível de chegar a esse fim, pois a importância que os adolescentes dão à compra de bens de consumo é suficiente para que muitos sintam - se influenciados, julgando que vale a pena arriscar sua vida se envolvendo no tráfico.

Assim, através de situações cotidianas, muitas vezes são impulsionados a entrarem para a vida do crime devido às desigualdades sociais que assolam nosso país.

Por meio do estágio realizado no DEGASE é possível afirmar que muitos demonstravam revolta supondo que nada mudaria sua situação de sobrevivência financeira. Os autores Barros e Mendonça nos ajudam a entender a pobreza como fator determinante:

[...] numa sociedade onde haja pobreza elevada, desigualdade de renda, preocupa não só pela injustiça social advinda da concentração das privações derivadas da pobreza em um subgrupo de menores mais acima de tudo por caracterizá-la como sendo uma sociedade onde não prevalece a igualdade de oportunidades” (1991, p.48).

Neste sentido o abandono precoce das salas de aula pode estar relacionado com o sentimento de incapacidade de alcançar os objetivos da escola, que tem como referência a criança e o jovem dos estamentos médios da sociedade que, como sabemos não corresponde ao universo de sua clientela.

Os adolescentes, em conflito com a lei, que se desligam do ensino regular logo nas primeiras séries, na sua grande maioria, “não agüentam” uma escola formal, porque sua experiência de vida é bem mais rica do que os conteúdos vivenciados na escola, e por conta dessa mesma vivência, tornam-se por demais fortes para submeter – se a padrões rígidos e convencionais que desrespeitam toda a sua experiência.

A escola está muito distante dos valores e necessidades da maioria dos adolescentes, principalmente os de baixos níveis financeiros.

Assim, este descompasso entre o oferecido e o real interesse dos jovens propicia que o adolescente vá em busca de algo que para ele é bem mais concreto. Estas reflexões podem ser realçadas quando Gracianni (2001) afirma que:

“O sistema educativo, sem ser o único assume, à sua maneira, os conflitos sociais dominado como está por interesses privados de manutenção de privilégios socioeconômicos, e um processo de seleção baseado em mérito escolares com uma dinâmica de discriminação social (...)” (2001, pg. 104)

Trata – se aqui de questionar uma escola não como um espaço mais importante para a infância e juventude e sim aquela que coloca às margens da sociedade esses jovens com desprestígio social.

Isto significa que a escola regula a oferta e a promoção educativa segundo os cânones de desigualdade social.

2.2. Violência.

Pode se encontrar várias definições do vocábulo violência. A coação, o constrangimento, etc. Entretanto destacamos algumas definições relacionadas à linha de argumentação deste trabalho. O novo dicionário da Língua Portuguesa de Aurélio Buarque de Holanda (2001, pg.712), por exemplo, nos dá a seguinte definição:

Violência: *sf* 1.qualidade de violento. 2. Ato violento. 3. Ato de violentar

Violento: *adj.*1. que age com ímpeto;ímpetuoso. 2. Agitado, tumultuoso. 3. V. iracundo. 4. Intenso, veemente. 5. Em que se faz uso da força bruta. 6. Contrário ao direito, à justiça.(Holanda, 2001, pág: 712).

A violência de uma maneira geral é um fenômeno social histórico, relacionado às condições sócio-econômicas que possui raízes e formas no cotidiano das relações interpessoais (Vendruscolo et al, 2004).

Contudo estamos vivendo em tempos de violência social desmedida a qual, sem dúvida, tem repercutido sensivelmente no contexto da vivência escolar e, em todo o mundo. Assim sendo, a abordagem sobre o tema da violência escolar tem se tornado no decorrer dos anos, uma prioridade para os setores da Assistência Social, da Saúde, da Educação, da Política dentre outras áreas sociais, pois o termo aqui apontado evidencia a violência social, fundamentada na violência da desestruturação familiar, vivência da exclusão e exploração.

A escola, por sua vez, muitas vezes atua como um reforçador dessa violência, em relação às crianças e aos jovens, enquanto tenta negar e excluir a violência produzida pelo meio social.

A violência é reproduzida em todos os níveis de vivência das camadas populares, condenadas a uma vida à margem da sobrevivência, tendo sua cidadania negada.

Vale ressaltar a distinção entre violência e agressão, enquanto a violência esta ligada à convivência social a agressão é definida com impulso natural.

A escola que tem como função um espaço de crescimento, realização, promoção, encontra – se deteriorada com sua proposta educacional desarticulada e desorganizada; com trágicos objetivos violentadores, caracterizados pela “massificação” na transmissão do conhecimento.

Em suma: com o reforço da escola excludente, o adolescente tem sua personalidade destroçada e seus direitos desrespeitados e violados.

*“... de uma gente que ri
quando deve chorar e
não vive, apenas agüenta”
Milton Nascimento.*

2.3. Racismo

“A palavra *racismo* designa um comportamento de hostilidade e menosprezo em relação a pessoas ou grupos humanos cujas características intelectuais ou morais, consideradas “inferiores”, estariam diretamente relacionadas a suas características “raciais”, isto é, físicas ou biológicas”(Borges,2002, pág:48)

Da mesma maneira que encontrei definições para o vocábulo *violência* também encontrei definições para o racismo. Utilizando novamente o novo dicionário da Língua Portuguesa este informa que:

Substantivo masculino.

1. Doutrina que sustenta a superioridade de certas raças.
2. Preconceito ou discriminação em relação a indivíduo(s) considerado(s) de outra(s) raça(s).

A população afro - brasileira tem vivido, por séculos, o peso de uma visão cultural que, além de ser carregada de menosprezo e depreciação, espera por direitos que caminham a passos lentos, com debates que enfocam, freqüentemente as diferenças econômicas visando disfarçar as desigualdades entre brancos e negros.

Estudos de Santos (2005) revelam o “racismo em uma definição simples, mas não simplória. Pode - se dizer que é uma ideologia, ou seja, um conjunto articulado de cultura, valores, posturas, comportamentos de um grupo (um pequeno grupo), que amplamente disseminado – embora de forma oculta ou subliminar - torna-se um pensamento social, uma forma de ver e explicar a vida e a realidade.

Neste sentido o racismo é a crença na existência das raças; branca, negra, indígena e oriental e na possibilidade da superioridade de uma sobre as outras. Para De Paula (2005) "a ideologia do racismo não se centra na ciência ou em uma necessidade imperativa da verdade: ela em si é uma verdade de um pequeno grupo que, pela força ou pelo convencimento (da repetição ou da cooptação), se torna imposta ou aceita como verdade legítima de todo um grupo social.

Segundo Borges (2002), surgiu na sociedade ocidental no século XVIII, quando esta se apoiou em pretensas bases científicas para explicar as diferenças entre os seres humanos e justificar a dominação exercida pelos europeus sobre os povos de outros continentes durante a expansão colonial.

O racismo durante todo o século XIX e até meados do século XX fixou-se como doutrina e, somente no final do século XIX, começou a esboçar-se, com base em novos conhecimentos antropológicos, uma visão crítica geral sobre esse determinismo que constitui uma das características do racismo. Entretanto tal visão não conseguiu impor-se de imediato.

Ainda hoje, o racismo se expressa de duas formas: individualmente e institucionalmente.

No primeiro caso, manifesta-se por meio de atos discriminatórios de indivíduos contra indivíduos; podem ocorrer em níveis extremos de violência como agressões, destruições de bens ou propriedades e até mesmo assassinatos.

No segundo caso implica em práticas discriminatórias sistemáticas fomentadas pelo Estado ou com seu apoio implícito. Manifestam-se sob forma de segregação no espaço urbano, principalmente na escola e no mundo do trabalho. Manifestam-se também em livros, filmes e novelas que retratam de maneira inadequada a minoria étnica ou os grupos raciais menosprezados.

"...a lição sabemos de cor,
só nos resta aprender"...

Beto Guedes

Capítulo 3:

Transformando a escola pela Educação Integral

No presente capítulo baseado nos estudos de Ramos, Ciavatta e Frigotto (2005) pretendo evidenciar a educação integral como uma educação de formação geral que pode contribuir efetivamente para o processo de inclusão desses jovens na sociedade como cidadãos.

Tomando como base o significado da palavra *integral*, encontramos a definição no novo dicionário da Língua Portuguesa que diz que:

Adjetivo de dois gêneros.

1.Total, inteiro, global; sem diminuições nem restrições: *trabalho em tempo integral*; *seguro integral*.

2.Diz-se de certos alimentos preparados sem que se retirem seus componentes naturais e originais: *leite integral*. [Pl. –*grais*.] (Holanda,2001)

A educação integral apresenta variados termos que expressam integração. Tomamos como imprescindível as reflexões de Ciavatta (2005, p. 86 apud Franco, 2003) sobre a historicidade do conceito de formação integrada que destaca que "sua origem remota está na educação socialista que pretendia ser omnilateral no sentido de formar o ser humano na sua integralidade física, mental, cultural, político e científico - tecnológica. Pode ter sido por essa via que se originou o grande sonho de uma formação completa para todos, conforme queriam os utopistas do Renascimento, como por exemplo Comenius(1592-1670) com o sonho de regeneração social (...) Saint - Simon(1760-1825), Robert

Owen(1771-1858) e Forier (1772-1837) que levantaram o problema de uma formação completa para os trabalhadores. É obviamente não podemos deixar de citar Karl Marx(1818-1883) que extrai das próprias contradições da produção social a necessidade de uma formação científico-tecnológica”.

Sobre a formação integrada surgem duas questões em torno de uma concepção de educação que está em constante disputa na história da educação brasileira, ou seja, educar a todos ou uma minoria, supostamente, mais apta ao conhecimento? Partindo dessa premissa, que tipo de educação deve ser dada de modo a atender as necessidades da sociedade?

Com o dualismo das classes sociais, no Brasil o acesso aos bens e aos serviços produzidos pela sociedade, se enraíza no tecido social através de séculos de escravismo e de discriminação do trabalho manual. Acrescenta-se também que na metade do século XX, o analfabetismo é colocado como uma preocupação das elites intelectuais; assim, a educação do povo torna-se objeto de políticas do Estado.

Mas,

“O que é integrar? É tornar íntegro, tornar inteiro, o que? No caso da formação integrada ou do ensino médio integrado ao ensino técnico, queremos que a educação geral se torne parte inseparável da educação profissional em todos os campos onde se dá a preparação para o trabalho: seja nos processos produtivos, seja nos processos educativos como a formação inicial, como os ensinos técnicos, tecnológicos ou superior. Significa que buscamos enfocar o trabalho como princípio educativo, no sentido de superar a dicotomia trabalho manual / trabalho intelectual, de incorporar a dimensão intelectual ao trabalho produtivo, de formar trabalhadores capazes de atuar como dirigentes e cidadãos (Gramsci, apud Frigotto at all,2005 :144)

A formação integrada sugere tornar íntegro, inteiro o ser humano que é dividido pela divisão social do trabalho entre a ação de executar e a ação de pensar, dirigir, planejar. Espera-se superar a preparação para o trabalho ao seu aspecto operacional. Como formação humana, busca-se garantir ao adolescente e ao jovem trabalhador o direito a uma formação completa para a leitura de mundo e para a atuação como cidadão pertencente a um país, integrado dignamente à sua sociedade política.

Os termos formação integrada, formação politécnica e educação tecnológica buscam atender também às necessidades do mundo do trabalho permeado pela presença da ciência e tecnologia como forças produtivas, geradoras de valores, fontes de riqueza. Mas, também, por força de sua apropriação privada, gênese da exclusão de grande parte da humanidade relegada às atividades precarizadas, ao subemprego, ao desemprego, à perda dos vínculos comunitários e da própria identidade.

O Decreto n. 5.154/2004 que prevê que uma das formas de “articulação entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio dar-se-á de forma: **integrada (...)**” (Art.4º. Par. 1o. Inc. I). Segundo Ciavatta:

“educação integrada é a educação geral fazendo parte da educação profissional em todos os campos, onde se dá a preparação para o trabalho”(2005,pág:5)

Ramos, Ciavatta e Frigotto (2005) levantam uma questão em torno da formação geral integrada à educação profissional. Segundo eles é no ensino médio que se revela a contradição fundamental entre o capital e o trabalho. A partir daí essa formação destina-se à formação propedêutica ou à preparação para o trabalho?

"No Brasil, o dualismo se enraíza em toda a sociedade através de séculos de escravismos e discriminação do trabalho manual. Na educação, apenas quase metade do século XX, o analfabetismo se coloca como uma preocupação das elites educacionais e a educação do povo se torna objetos políticas de Estado. Mas seu pano de fundo é sempre a educação geral para as elites dirigentes e a preparação do trabalho para os órfãos e desamparados." (Frigotto, Ciavatta e Ramos,2005,pág:32)

Faz-se necessário destacar que, a partir da década de 40, quando a educação foi organizada por leis Orgânicas, esse dualismo tomou um caráter estrutural. A Lei Orgânica do ensino secundário de 1942, promulgada pelo ministro Gustavo Capanema, durante o Estado Novo (1937/1945), considerava a velha tradição do ensino secundário acadêmico, propedêutico e aristocrático. Havia um conjunto de leis que, juntamente com estas, regulamentavam o ensino profissional nos ramos da economia. Mantiveram-se assim duas estruturas educacionais paralelas e independentes, o ensino profissional ficou composto de quatro elementos: as redes federais, estaduais, rede SENAI e escolas isoladas.

No ano de 1950 foi estabelecida a equivalência entre os ensinos secundário e técnico com a Lei de Equivalência e, depois, a equivalência plena com a Lei de Diretrizes e Bases de 1961, que diz que podem os concluintes do colegial técnico candidatar-se a qualquer nível superior.

Nesse momento o dualismo difere do período anterior a LDB de 1961, já que se preserva a equivalência entre os cursos propedêuticos e técnicos. A questão em torno do dualismo não estava mais na impossibilidade de ingressar no ensino superior logo depois de cursar o ensino técnico, mas nos planos de valores e dos conteúdos da formação. A sociedade partia da idéia que o ensino técnico era destinado aos filhos de classes trabalhadoras, cujo objetivo era o mercado de trabalho, e não o ensino superior. Enquanto que a Lei n.5.692/71 determinava que a carga horária mínima prevista para o ensino técnico de 2º grau seria de 2.200h, onde predominasse a parte especial em relação à geral, a Lei n.7044/82,

ao extinguir a profissionalização compulsória, considerou que nos cursos não profissionalizantes as 2.200h pudessem ser destinadas à formação geral. Com isto é possível observar que nas escolas técnicas a grade curricular regular se restringe em relação à grade curricular técnica privando os estudantes de uma formação básica plena, dando aos que cursam o ensino regular vantagens em relação às condições de acesso ao ensino superior.

" A educação básica tem por finalidade, segundo o artigo 22 da LDB, "desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores". (Ramos,2003,pág.1)

Ciavatta (2005) confere que a integração entre formação geral e a educação profissional, no Brasil, está na busca da superação do tradicional dualismo da sociedade e da educação brasileira e nas lutas pela democracia e em defesa da escola pública. Nos anos 80 o primeiro projeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, elaborado após, e em consonância com os princípios de educação na Constituição de 1988, recomeça a luta política pela democratização da educação, em defesa da escola pública. Buscava-se assegurar uma formação básica que superasse a dualidade entre cultura geral e cultura técnica assumindo o conceito de politecnia.

[...] Politecnia diz respeito ao domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas que caracterizam o processo de trabalho produtivo moderno. Está relacionada aos fundamentos das diferentes modalidades de trabalho e tem como base determinados princípios, determinados fundamentos, que devem ser garantidos pela formação politécnica [...]

(Saviani apud Ciavatta, 2005, pág.42).

Neste sentido o papel do ensino médio deveria ser o de recuperar a relação entre conhecimento e prática do trabalho. Assim, seu horizonte deveria ser o de propiciar aos alunos o domínio dos fundamentos das técnicas diversificadas, utilizadas na produção, e, não o adestramento em técnicas produtivas. Sendo assim, não deveria então se propor que o ensino médio formasse técnicos especializados, mas sim politécnicos.

Capítulo 4:

As propostas atuais das políticas públicas:

Limites e possibilidades

A Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério de Educação, SETEC/MEC, tem trabalhado na construção de políticas públicas de qualificação e expansão da educação profissional e tecnológica em todo território nacional. Partindo da relação entre escolarização e profissionalização, em um contexto social, onde dados estatísticos do MEC comprovam que cerca de 60 milhões de pessoas – com 18 anos ou mais – não concluíram a educação básica, a SETEC/MEC tem proposto, para o conjunto de suas ações:

a) a indissociabilidade entre formação geral e profissional na perspectiva da educação integral;

b) a vinculação orgânica entre políticas educativas para a Educação Profissional e Tecnológica e os arranjos produtivos, sociais e culturais das diferentes regiões brasileiras. (Pacheco, 2008, p. 1)

Neste sentido, a SETEC/MEC busca articular educação integral (formação geral, profissional e tecnológica) ao desenvolvimento econômico e social em uma dinâmica cujo objetivo principal é a inclusão de milhares de jovens deixados à margem da sociedade brasileira, seja no que tange à escolaridade, seja na perspectiva do trabalho.

Neste contexto a proposta desta secretaria é desenvolver, ações de expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica; Programa de Integração da Educação Profissional a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA; a articulação do ensino médio à educação profissional nas modalidades integrada, concomitante e subsequente; formação de professores para a educação profissional e tecnológica, dentre outras.

Um dos eixos norteadores do trabalho da SETEC/MEC é o fortalecimento do papel da EPT (Educação Profissional e Tecnológica) no desenvolvimento nacional e nas políticas de inclusão social. Ocorre que este fortalecimento, de caráter público da EPT, demanda entre outros mecanismos, uma articulação da educação profissional e tecnológica com as políticas de desenvolvimento nacional e regional, na perspectiva de perceber o papel da educação profissional no desenvolvimento sustentável nos diferentes processos. Cumpre notar que o diferencial está no trabalho realizado com base em pesquisas e diagnósticos que apontem as demandas culturais, econômicas e sociais que possibilitam subsidiar a adoção de políticas públicas efetivas e, em paralelo, adotar mecanismos de acompanhamento e avaliação.

Segundo Pacheco (2008) a SETEC vem atuando na implantação de instrumentos para a adequação de políticas de formação às demandas da sociedade, através da criação de mecanismos de pesquisas e diagnósticos. Partindo dessa premissa o Projeto Sintonia pode ser apontado como mecanismo que revela esta concepção por dispor de uma ferramenta, o Observatório Nacional⁶, cujo objetivo é contribuir para a formulação das políticas a partir do diagnóstico dessas demandas. A principal função do observatório é identificar as demandas do mundo da produção e a partir delas induzir o ajuste da oferta de cursos que apontem alternativas reais de geração trabalho e renda. O observatório é parte do Sistema de Informação da Educação Profissional (SIEP) que se destaca também por disponibilizar vastos indicadores educacionais (inicialmente da Rede Federal de Educação Tecnológica).

Vale ressaltar que o desafio é constituir uma cultura de formação profissional e de trabalho que, perpassa os limites de subordinação e possibilite a autonomia necessária para a construção e democratização do conhecimento. Neste sentido considera-se fundamental a articulação das políticas de EPT com os programas de trabalho e renda, emprego, inclusão e desenvolvimento social. A proposta da SETEC é de que a EPT possa funcionar como um elemento indutor de emancipação, visando os diversos segmentos sociais, sobretudo aqueles que estão à margem das ofertas educativas, neste caso os jovens, alvo deste estudo.

⁶ Mais, disponível em: <http://www2.desenvolvimento.gov.br/arquivo/sdp/proAcao/APL/Apresentacao-MEC.pdf>

Entretanto os documentos publicados pela SETEC enfatizam que a manutenção e expansão da Educação Profissional e Tecnológica devem ser de responsabilidade das diferentes esferas do Governo, com destaque, para a garantia de financiamento público. Para tanto, demanda-se: a criação de uma fonte permanente de financiamento - estabelecimento de um fundo que reúna recursos já destinados para tal fim e provisão de novas fontes; a garantia de recursos para a expansão da rede física de oferta pública de EPT com participação direta e sob forma de cooperação do Governo Federal com os estados e os municípios, inclusive a participação da sociedade civil e a articulação com os Ministérios, secretarias e empresas estatais a fim de potencializar ações direcionadas a EPT.

Com o propósito de fortalecimento de estratégias operacionais de desenvolvimento da EPT as propostas pedagógicas devem se pautar pelo princípio da formação integral, do trabalho como princípio educativo, pelo respeito às diversidades dos sujeitos. Além disto, a possibilidade da expressiva ampliação da oferta de educação escolar, em seus diferentes níveis, articulada à educação profissional, demanda a construção de um paradigma que supere a sobreposição entre campos do conhecimento e campos da profissionalização e invista na sua efetiva articulação como modo próprio de concepção do projeto educativo.

A relação entre escolarização e profissionalização é um imperativo no contexto atual da sociedade devido aos elevados índices de não concluintes da educação básica. Garantir a formação básica que permita jovens e adultos construir sua vida com dignidade, demonstra que a Ciência, a Tecnologia, o Trabalho e a Cultura constituem dimensões formativas indissociáveis. Entretanto estes devem estar não só na educação que qualifica para as atividades profissionais, como naquela comprometida para o exercício da cidadania. Neste contexto, cabe aos programas voltados para a Educação Básica e EPT assegurar a revisão do ensino médio na perspectiva da introdução dos jovens no universo temático do mundo do trabalho e a aproximação entre programas e políticas de educação de jovens e adultos e as políticas de EPT.

As propostas apresentadas são teoricamente condizentes ao que se espera de uma política para educação profissional no Brasil. Entretanto não é artificioso dizer que a educação ainda exclui e coloca à margem grande número de jovens, como o que identificamos no estágio realizado no DEGASE, cuja maioria dos jovens

entre 15 e 18 anos que cumprem medidas socioeducativas são em totalidade desescolarizados.

Cumpra-se notar que, um dos motivos para o afastamento desses jovens da escola está relacionado com a fragmentação do ensino, a falta de incentivo e ausência de acompanhamento dos envolvidos no setor.

A meu ver as propostas que o Governo Federal propõe para o ensino regular e profissionalizante são de caráter utópico, pois observa-se que, cada vez mais, os jovens evadem-se da escola por não agüentarem um sistema educacional que segrega as camadas de menor poder aquisitivo. O resultado disto pode conduzir a inserção desses jovens na criminalidade.

Mas, qual é o real papel da escola? Até que ponto ela contribui para a criminalidade?

Cabe ressaltar que o ensino regular e profissionalizante vigente é de cunho imediatista, falacioso e ilusório, pois simplesmente oferece cursos sem dar o devido apoio para a continuação do processo de formação, como já apontamos anteriormente.

Os cursos profissionalizantes do DEGASE são fundamentados em princípios que envolvem medidas socioeducativas, cujo objetivo é ressocializar os jovens que estão em conflito com a lei. Assim não haveria um incentivo à formação continuada.

Entendemos que os órgãos do Governo do Estado, como o DEGASE tem o objetivo de assegurar e acompanhar os jovens que estão em conflito com a lei, proporcionando-lhes cursos profissionalizantes que efetivamente, insira-os no mundo do trabalho. Entretanto, na prática, isto não acontece porque os custos dessa inserção devem ser elevados. Por outro lado percebemos que o segmento da sociedade civil nos diversos ramos econômicos relacionados aos processos produtivos, não se abrem para os jovens, e, não aceitam propostas concretas que possam superar esse quadro de injustiça.

Sabemos que a justiça social deve ser espelhada, refletida, retratada pelo Estado. Entretanto esta justiça que falamos é de responsabilidade da sociedade civil representada por empresários, associações, entidades não governamentais e órgãos de representação sindical. É necessário e urgente articular diálogos que possam contribuir na construção de formas de inserção de jovens no trabalho, que não sejam disfarçados por uma formação profissional precarizada.

Conclui-se que, a inserção da EPT no ambiente de política pública, só se dará com o apoio dos governos e da sociedade como um todo. Isto significa, que além do financiamento através de recursos públicos, a atuação na definição das políticas para EPT constituirá um fator fundamental. Para isso é importante o investimento e a valorização de instâncias de deliberação que tenham representatividade na sociedade.

O Estado e a sociedade precisam comprometer-se efetivamente em superar as desigualdades, pois estes jovens são inteligentes, possuem grande capacidade de aprendizagem e podem mudar a realidade política, econômica e social existente em nosso país.

Há, fundamentalmente, o desafio que é o de conquistar sua confiança para que possam resgatar sua dignidade e com esta o direito de planejarem suas vidas e serem felizes.



Considerações finais

Ao longo dessa pesquisa, procurei fazer um resgate do surgimento da infância abandonada e observei que esse problema é secular, pois não há uma ação política de incentivo para reduzir a inserção desses jovens na criminalidade. Procurei analisar que fatores contribuem para a entrada desses jovens no mundo do crime e observei que a instituição escola contribui de uma certa forma para tal fato. Cabe refletir que se a escola tem a função social de educar a todos sem distinção, por que segrega as camadas de menor poder aquisitivo, de tal forma que chega a contribuir com a evasão?

No meu estudo evidenciei que a escola tem suas subjetividades e que estas estão diretamente relacionadas com a evasão e conseqüentemente com a criminalidade. Então o que fazer para reduzir esse número?

Dando continuidade ao meu estudo, procurei buscar, baseando-se nas reflexões de Ciavatta, Frigotto e Ramos (2005), que tipo de educação pode-se fazer presente para diminuir esse número alarmante de jovens na criminalidade? Segundo esses autores, a educação precisa ser de forma integral, cujo objetivo é tornar parte inseparável da educação profissional, buscando focar o trabalho como processo educativo. Acredita-se que a educação de forma integral gere incentivo e como conseqüência uma resposta positiva para o trabalho realizado.

Tomando como reflexão, obras do mestre Paulo Freire este nos ajuda a refletir quando diz que:

[...] "Enquanto a violência dos opressores faz dos oprimidos homens proibidos de ser, a resposta destes à violência daqueles se encontra infundida do anseio de busca do direito de ser". (2005, p.48).

Quando realizei o estágio e o escolhi para ser tema do meu trabalho monográfico, fui observando que diariamente esses jovens são desacreditados e em consequência disto, ficam às margens da sociedade.

Tomando como base os escritos de Paulo Freire, relacionei esses jovens aos oprimidos que o mestre cita em seus livros, pois a todo o momento são retirados desses jovens os direitos de se reinserir na sociedade dignamente.

Em consequência disto, fui percebendo que há um número significativo de reincidência dos jovens no órgão do Governo do Estado DEGASE. A partir dessas observações e de outras que cito ao longo do meu trabalho, fui me indagando a respeito da função dos cursos profissionalizantes do DEGASE. Que propostas envolvem esses cursos? Que resultados são esperados?

Acredito que essa pesquisa não finda por aqui, pois há muitas questões a serem revistas e discutidas para que esses jovens realmente possam resgatar a sua cidadania e o direito de ressocialização pois, como dito anteriormente, são jovens com grande potencial, somente à espera de uma oportunidade, e essa oportunidade é de direito, enquanto cidadãos.

Em suma, são muitos entraves em relação à “instituição escola”, e observei que só com uma ação política concreta, comprometimento profissional, ou seja, de forma encadeada como um “efeito dominó”, é possível formar esses jovens, construindo e resgatando sua cidadania, pois eles constituem o futuro da nação.

Referências Bibliográficas:

ABRAMOVAY, M. , RUA, M. da G., **Violências nas escolas**. Miriam Abramovay et al. Brasília: Unesco. Instituto Ayrton Senna. UNAIDS. Banco Mundial. USAID. Fundação Ford. Consid. Undime, 2004.

ARPINI, Mônica Dorian, **Violência e exclusão: a adolescência em grupos populares**, São Paulo, Edusc, 2003.

BORGES, Edson, Medeiros, Carlos Alberto, d'Asky, Jacques, **Racismo, Preconceito e Intolerância**, Atual, Coleção espaço e debate, 2002.

Estatuto da Criança e do Adolescente/ Secretaria dos direitos humanos, ministério da educação, Assessoria da Comunicação Social. – Brasília, MEC, ASC, 2005.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda, **Dicionário Prático da Língua Portuguesa**, Nova Fronteira, RJ, 1993.

FREIRE, Paulo, **Pedagogia do Oprimido**, SP, Paz e Terra, 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio, CIAVATTA, Maria, RAMOS, Marise (orgs.), **Ensino Médio integrado: concepções e contradições**, SP, Cortez, 2005.

GARCIA, Sandra Regina de Oliveira, **O fio da história: a formação profissional no Brasil**. In: ANPED, 2000.

GRACIANNI, Maria Stela Santos, **Pedagogia Social de Rua**, Instituto Paulo Freire, SP, Cortez, 2001.

LEITE, Ligia Costa, **Meninos de rua: a infância excluída no Brasil**, São Paulo, Atual, coleção Espaço e debate, 2001.

MENDONÇA, Rosane S. P. de ; BARROS, Ricardo Paes de . **As consequências da pobreza sobre a infância e a adolescência**. In: Ayrton José da Fonseca. (Org.). **O trabalho e a rua: crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80**. São Paulo: Cortez, 1991,

PACHECO, Eliezer, **Bases para uma Política Nacional de EPT**, Ministério da Educação – MEC.

Disponível na Internet: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/artigos_bases.pdf

Paula, Adilton de, **Educar o Brasil com raça: Das raças ao racismo que ninguém vê**. In: Santos, Gevanilda, Silva, Maria Palmeira(orgs), **Racismo no Brasil: percepções da discriminação e do preconceito racial no século XXI**, São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2005.

SANTOS, Gevanilda, Silva, Maria Palmira (orgs.), **Racismo no Brasil: percepções da discriminação e do preconceito no século XXI**, São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2005.

VEDRÚSCULO, T.S. et al. **As políticas sociais e a violência: Uma proposta de Ribeirão Preto**. Revista Latino- Americana de Enfermagem, SP, 2004.



ANEXO I



1907 – O TESTAMENTO DE QUINTINO BOCAIÚVA



"Do Pó dos Arquivos" — José Castellani

Podendo suceder que eu faleça repentinamente, ou em condições de não poder exprimir as minhas últimas vontades, deixo escritas estas instruções, cuja execução recomendo às pessoas de minha família e cujo cumprimento rogo às pessoas estranhas, entre as quais, por acaso, eu venha a falecer.

Desejo ser sepultado no cemitério mais próximo do lugar onde eu faleça, sem honras civis ou religiosas de nenhuma espécie.

Se eu falecer na cidade do Rio de Janeiro e na minha residência habitual, desejo ser enterrado no cemitério de Jacarepaguá. Se eu falecer em Pindamonhangaba, deve o meu corpo ser sepultado no cemitério dessa cidade.

A condução do meu corpo, neste caso, deve ser feita por camaradas da fazenda de Santa Helena (seis ou oito), a cada um dos quais se abonará a gratificação de dez mil réis.

Desejo ser sepultado em cova rasa, sobre a qual não se fará lápide ou qualquer outro símbolo material, que recorde a minha existência.

Em nenhuma hipótese, faleça eu onde falecer, o meu corpo será embalsamado ou conservado por qualquer outro processo.

Minha família não fará anúncio ou convites para o meu enterro, nem tampouco mandará dizer missas por minha alma, conforme o estilo comum.

Na minha qualidade de maçom e livre pensador, não tenho direito aos sufrágios da igreja católica romana.

Penso ter sido intimamente cristão e suponho que o cristianismo, na sua pureza de origem, é ainda um ideal afastado da humanidade nos tempos que correm.

O meu enterro deve ser decente, mas singelo — não quero armação de eça na minha casa, nem encomendação de nenhum padre, ainda que algum se ofereça para isso.

Findo o prazo legal, os meus despojos devem ir para o ossuário comum.

Mais ou menos, é este o resumo das minhas disposições testamentárias.

Rio de Janeiro, julho de 1907

Q. Bocaiúva

Quintino Bocaiúva, nascido a 4 de dezembro de 1836, em Itaguaí (RJ), foi jornalista, político e um dos maiores nomes do movimento republicano brasileiro. Seu nome de batismo era Quintino de Sousa Ferreira; todavia, na época em que estudava Direito em S. Paulo, ele adotou um nome nativista — prática em voga, na época — passando a Quintino de Sousa Bocaiúva e, depois, simplesmente a Quintino Bocaiúva (bocaiúva é uma espécie de coqueiro brasileiro, também chamado de macaúba e coco-de-catarro).

Matriculado na Faculdade de Direito de São Paulo, no curso de Humanidades, em 1851, iniciou sua carreira jornalística como tipógrafo, redator e revisor do "O Ipiranga", jornal do Partido Liberal. Em 1852, a 29 de junho, era iniciado na Loja **Piratininga**, da capital de São Paulo — fundada a 28 de agosto de 1850 — bem antes de ter completado a idade regulamentar, por ser filho de maçom (na ata consta que ele tinha 19 anos de idade, mas tinha menos).

Radicado, posteriormente, no Rio de Janeiro, teve brilhante trajetória na imprensa, primeiro no "Diário do Rio" e, depois, no "Correio Mercantil". Em abril de 1864, ele aparece como um dos instaladores da Loja Segredo, pertencente ao Grande Oriente do Vale dos Beneditinos, liderado por Joaquim Saldanha Marinho. Em junho do mesmo ano, era admitido como membro do quadro da Loja Comércio, do mesmo círculo. Essa dissidência criada por Saldanha Marinho iria chegar ao fim em janeiro de 1883, quando suas Lojas foram integradas, ou reintegradas ao Grande Oriente do Brasil.

Em 1870, Quintino foi o redator do famoso manifesto republicano, publicado no primeiro número do jornal "A República", que viria a ser empastelado em 1873. Em 1874, fundou o "O Globo" e, em 1884, o "O País", tendo, este último, exercido grande influência na campanha republicana. Por sua atuação na imprensa, ele foi cognominado, por seus contemporâneos, "o Príncipe dos Jornalistas Brasileiros".

Tão grande era o seu prestígio, como líder republicano, em todos os meios, inclusive no militar, que, na madrugada de 15 de novembro de 1889, Quintino cavalgou ao lado de Deodoro da Fonseca, como único civil a participar, ativamente, do capítulo final do movimento republicano, com a queda do Segundo Império. Implantada a República, ele ocupou o Ministério do Exterior, durante o Governo Provisório.

No Grande Oriente do Brasil, Quintino foi eleito Grão-Mestre Adjunto, em 1897. Eleito presidente do Estado do Rio tomou posse a 31 de dezembro de 1900 e estava no cargo quando foi eleito Grão-Mestre do Grande Oriente do Brasil, em fevereiro de 1901, tendo sido empossado em junho e tendo, como Adjunto, Henrique Valadares. Foi durante o seu mandato que começaram a ser implantados os Grandes Orientes Estaduais federados, de acordo com a Constituição sancionada pelo Decreto Nº 179, de 31 de dezembro de 1900, a qual facultava essa implantação. O primeiro foi o de São Paulo, autorizado a funcionar, através do Decreto Nº 195, de 1º de outubro de 1901, e regularmente instalado a 24 de junho de 1902. A 21 de junho de 1904, Quintino entregava o malhete de supremo mandatário da Maçonaria brasileira ao senador e general Lauro Sodré.

Em 1909, foi eleito senador da República, vindo a falecer a 11 de julho de 1912, no Rio de Janeiro, no atual subúrbio que tem o seu nome. Morreu em um ambiente de pobreza, no qual sempre viveu, pois jamais se locupletou com os cargos que exerceu.

O seu testamento é de uma absoluta coerência com o seu modo de ser, durante toda a sua vida: homem simples rejeitou qualquer pompa em seus funerais; espiritualista, rejeitou qualquer símbolo material, que, sobre sua cova, recordasse sua existência; filho de uma época de intolerância religiosa entendia que a pureza da doutrina cristã ainda estava longe de ser alcançada pela humanidade, exatamente em decorrência do radicalismo do clero da época; com a dignidade e a coragem de

se declarar, sem subterfúgios, maçom e livre pensador, rejeitou os sufrágios da Igreja, numa época em que muitos ocultavam sua qualidade maçônica e procuravam as benesses do clero, como passaporte seguro para o reino dos céus.

[1] Da ata consta: "O Ir. Ven.: pede ao Ir. Mest.: de Cer.: que informe se ha algum prof.: na Sal.: dos Pass.: perdidos que se queira iniciar em nossos aug.: e myst.: Trab.: — o Ir. Mest.: de Cer.: volta afirmando haverem dous : : um de nome José Antonio Getulio D'Almeida Machado, Brasileiro, solteiro, Catholico Apostolico Romano, mineiro, estudante e de 26 annos de idade, e o outro chamado Quintino Ferreira de Souza, Brasileiro, Catholico Apostolico Romano, solteiro, estudante, fluminense, e de 19 annos de idade. Estes dous prof.: levados ao portico do Temp.: , passarão depois por todas as provas symb.: e embl.: de nossa Resp.: Ordem. A pedido do 1º Vig.: lhes foi dada a L.: e tomaram assento na baze da Col.: do meio-dia. O Ir. Ven.: proclamou em face da Loj.: os dous neophytos app.: maç: do rit.: esc.: ant.: e acc.: , e membros effect.: do quadro, e igualmente convidou á todos os Ir.: que unidos á elle o ajudassem a applaudir tão feliz quão acertada aquisição".

[2] Apesar da queda da monarquia, os brasileiros continuaram com fumaças de nobreza — "príncipe dos jornalistas", "príncipe dos poetas" — hábito existente até hoje, com os "reis" e "rainhas" de esportes, da música, da agricultura, da pecuária, etc., num anacronismo piegas de um povo e de uma mídia à procura de mitos, para exercer a sua idolatria.

[3] Vale, a bem da verdade, esclarecer que, no Brasil, durante todo o século XIX, centenas de membros do clero católico foram maçons. As relações entre Igreja e Maçonaria, apesar das condenações papais — por motivos políticos — que vinham desde o século XVIII, só começaram a azedar, realmente, a partir do pontificado de Pio IX, principalmente com a bula "*Multiplices Inter Machinationes*", pronunciada durante o Consistório de 25 de setembro de 1865, e com a reação do papa à unificação da Itália, de 1870, a qual reduziu o seu poder político e material; no caso específico do Brasil, o caldo entornou com a Questão Religiosa de 1872, querela de caráter político entre a Igreja e o Estado, na qual a Maçonaria, inadvertidamente, foi envolvida.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO
Centro de Ciências Humanas e Sociais - CCH
Escola de Educação - EE

MONOGRAFIA II

ALUNO(A)/matrícula: Gisele Tavares de Brito

TÍTULO DO TRABALHO MONOGRÁFICO: Uma análise dos jovens em conflito com a lei e a "instituição escola"

ORIENTADOR(A): Antonia Pinheiro

FICHA DE AVALIAÇÃO FINAL

PRIMEIRO AVALIADOR

Professor convidado: Maria Elvira Lima Souza

Nota: 9,0

Considerações:

O trabalho está bem escrito, as ideias estão bem colocadas. No entanto, o estudo não atendeu plenamente ao que (se) a autora propôs a fazer. Alguns conceitos foram trabalhados de forma muito abreviada. Além disso, há alguns equívocos de forma tais como: citações com mais de três linhas, não está destacada do texto; citações destacadas do texto não está com espaçamento simples; ora a autora usa dois pontos após o autor, ora usa vírgula e não utiliza a abreviatura correta de páginas que é p. e não pág.; o resumo não deve ter parágrafos.

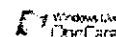
* A autora anuncia que fará uma análise dos jovens em conflito com a lei e a instituição escola, porém, os jovens não aparecem, nem conceitualmente, nem concretamente.

DATA: 16/07/2009

Assinatura: Maria Elvira Lima Souza

Mono

De: **Tuca** (tuca@openlink.com.br)
Enviada: terça-feira, 11 de agosto de 2009 19:27:22
Para: janainamenezes@hotmail.com
Cc: tunica@unirio.br
Anexos:
imstp_pets_cats_pt_030908.gif (30,9 KB)



Oi Jana,

Envio a nota e comentários da aluna Gisele Tavares de Brito:

O trabalho monográfico de Gisele Tavares de Brito segue os requisitos de um trabalho monográfico, elaborado com sensibilidade.

O tema é, sem dúvida, relevante e destaca questões que "ainda" são **fracamente** enfrentadas por nossa sociedade, para o real combate a situação de exclusão dos jovens.

Acrescente-se que foi traída pelo tempo e teve que superar algumas situações limitantes no período de composição de seu trabalho.

Confiro nota 8,5

Antonia Pincano

+ 9,0

M^a Elena

8,75

laureado 10/09

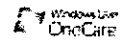
Animações GRATUITAS para seu e-mail - do IncrediMail!

[Clique aqui!](#)



Mono

De: **Tuca** (tuca@openlink.com.br)
Enviada: terça-feira, 11 de agosto de 2009 19:27:22
Para: janainamenezes@hotmail.com
Cc: tunica@unirio.br
Anexos:
imstp_pets_cats_pt_030908.gif (30,9 KB)



Oi Jana,

Envio a nota e comentários da aluna Gisele Tavares de Brito:

O trabalho monográfico de Gisele Tavares de Brito segue os requisitos de um trabalho monográfico, elaborado com sensibilidade.

O tema é, sem dúvida, relevante e destaca questões que "ainda" são **fracamente** enfrentadas por nossa sociedade, para o real combate a situação de exclusão dos jovens.

Acrescente-se que foi traída pelo tempo e teve que superar algumas situações limitantes no período de composição de seu trabalho.

Confiro nota 8,5

Antonia Pincano

Animações GRATUITAS para seu e-mail - do IncrediMail!

[Clique aqui!](#)

